

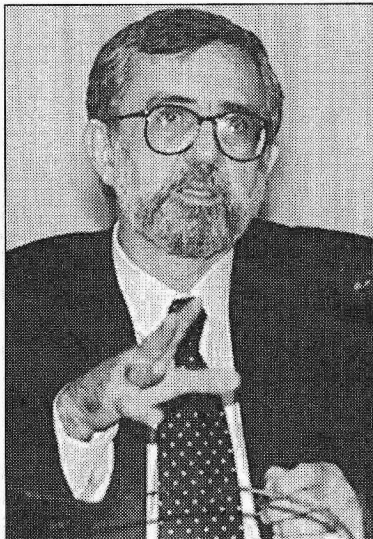
Superávit primário de R\$ 12 bi em 98

Geraldo Magela

O Tesouro Nacional registrou, em 98, um superávit primário (receitas menos despesas não-financeiras) de R\$ 12,887 bilhões - um saldo positivo três vezes maior do que o de 97. O bom desempenho deveu-se principalmente ao recolhimento de receitas extraordinárias.

Somente com concessões na área de telecomunicações, foram arrecadados R\$ 9,4 bilhões. A maior disponibilidade de recursos permitiu até que as despesas crescessem 11,6% com relação a 97, e ainda assim o Governo Federal obteve superávit. Em dezembro, especificamente, o resultado primário foi positivo em R\$ 3,497 bilhões.

O saldo positivo do Tesouro Nacional em 98 compensou o déficit de R\$ 7,4 bilhões acumulado na Previdência Social. Dessa forma, as contas do governo central (que englobam o Tesouro, a Previdência e o Banco Central) atingiram, em 98, um superávit de R\$ 5,8



GUIMARÃES: mais receitas

bilhões - graças, também, ao superávit da ordem de R\$ 300 milhões nas contas do BC.

Meta

Assim, foi superada a meta acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que era um superávit primário de R\$ 5,025 bilhões para as contas primárias do governo central

em 98. No ano passado, as receitas totais atingiram R\$ 137,668 bilhões, um crescimento de 18,7% com relação a 97. O aumento na arrecadação se deve, principalmente, à concessão da Banda B da telefonia celular, que rendeu R\$ 4,1 bilhões, e da concessão do Sistema Telebrás, onde foram arrecadados mais R\$ 5,3 bilhões. Além disso houve aumento no pagamento de dividendos por parte das empresas estatais federais, que praticamente triplicou com relação a 97, chegando a R\$ 2,370 bilhões.

O Tesouro também passou a registrar os saldos da conta-petróleo e álcool a partir de junho, o que lhe rendeu R\$ 1,8 bilhão adicional. Outras medidas fiscais adotadas no final de 97, como a elevação da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 25% para 27,5%, também contribuíram para o crescimento das receitas.

As despesas também au-

mentaram em 98, na comparação com 97, saindo de R\$ 111,810 bilhões para R\$ 124 781 bilhões. Os gastos com custeio e investimento cresceram 12 8% com relação a 97, chegando a R\$ 43,775 bilhões. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, esse aumento se deve a despesas atípicas, como o pagamento de sentenças judiciais perdidas pela União e a destinação de recursos mais elevados para programas de combate à seca no Nordeste e o aumento dos repasses para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Os gastos com pessoal e encargos do Governo Federal chegaram a R\$ 45,895 bilhões, o que representou um aumento de 9,8% com relação a 97. A principal explicação para o crescimento foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de conceder um reajuste de 28,86% aos funcionários públicos, referentes a perdas no Plano Bresser.